

RECEBI O ORIGINAL

Em: 27/11/23

Abel Araújo



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO



## LICENÇA DE OPERAÇÃO – L.O. Nº 130/16-01

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 3.785 de 24 de Julho de 2012, expede a presente Licença que autoriza a:

**INTERESSADO: Abel Abidias de Araújo Sobrinho.**

**ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:** Av. Desembargador João Machado, nº 50, Alvorada, Manaus-AM.

**CNPJ/CPF:** 019.754.632-34

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

**FONE:** (92) 99906-0021

**FAX:** (92) 3238-6155

**REGISTRO NO IPAAM:** 1011.0109

**PROCESSO Nº:** 0687/T/15

**ATIVIDADE:** Lavra a céu aberto sem beneficiamento

**LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE:** Rodovia Manoel Urbano, AM 010, km 38, Zona Rural, nas coordenadas geográficas: **P1** 03°08'39,9"S e 60°23'25,9"W, **P2** 03°08'38,6"S e 60°23'25,8"W, **P3** 03°08'38,5"S e 60°23'24,6"W, **P4** 03°08'36,8"S e 60°23'24,5"W, **P5** 03°08'38,1"S e 60°23'21,9"W, **P6** 03°08'40,7"S e 60°23'22,8"W, **P7** 03°08'40,6"S e 60°23'24,3"W, **processo DNPM nº 880.178/2021, Manacapuru –AM**

**FINALIDADE:** Autorizar a intervenção ambiental para lavra de argila numa área de 0,9 ha.

**POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR:** Grande **PORTE:** Pequeno

**PRAZO DE VALIDADE DESTA LICENÇA:** 01 ANO.

### Atenção:

- Esta licença é composta de 20 restrições e/ou condições constantes no verso, cujo não cumprimento/atendimento sujeitará a sua invalidação e/ou as penalidades previstas em normas.
- Esta licença não comprova nem substitui o documento de propriedade, de posse ou de domínio do imóvel.
- Esta licença deve estar disposta de forma visível (frente e verso), no local onde é desenvolvida a atividade.

Manaus-AM,

27 NOV 2023

Rosa Mariette Oliveira Geissler  
Diretora Técnica

Juliano Marcos Valente de Souza  
Diretor Presidente

## RESTRICÇÕES E/OU CONDIÇÕES DE VALIDADE DESTA LICENÇA – LO Nº 130/16-01

1. O pedido de licenciamento e a respectiva concessão da mesma, só terá validade quando publicada Diário Oficial do Estado, periódico regional local ou local de grande circulação, em meio eletrônico de comunicação mantido pelo IPAAM, ou nos murais das Prefeituras e Câmaras Municipais, conforme art.24, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
2. A solicitação da renovação da Licença Ambiental deverá ser requerida num prazo mínimo de **120 dias**, antes do vencimento, conforme art.23, da Lei nº.3.785 de 24 de julho de 2012;
3. A presente Licença está sendo concedida com base nas informações constantes no **processo nº. 0687/T/15**.
4. Toda e qualquer modificação introduzida no projeto após a emissão da Licença implicará na sua automática invalidação, devendo ser solicitada nova Licença, com ônus para o interessado.
5. Esta Licença é válida apenas para a localização, atividade e finalidade constante na mesma, devendo o interessado requerer ao IPAAM nova Licença quando houver mudança de qualquer um destes itens.
6. Esta Licença não dispensa e nem substitui nenhum documento exigido pela Legislação Federal, Estadual e Municipal.
7. Segregar, acondicionar, armazenar, transportar e dar destinação ambientalmente adequada aos resíduos oriundos da atividade de acordo com a Lei 12.305/2010 e NBR 10.004/2004, devendo manter em arquivo o registro de movimentação dos mesmos.
8. Proteger a fauna e a flora conforme estabelecido na Lei n.º 5.197/67 e Lei nº 5.197/67;
9. É expressamente proibido o represamento e assoreamento dos corpos d'água existentes na área do empreendimento, devendo a transposição de corpos d'água ser realizada mediante autorização deste OEMA.
10. Paralisar imediatamente a atividade, quando da verificação de vestígios arqueológicos, históricos ou artísticos, na área de influência direta e/ou indireta do empreendimento e comunicar ao IPHAN e ao IPAAM;
11. Transportar substâncias minerais em veículos devidamente cobertos por lona, no horário compreendido entre as 06:00 e as 18:00 horas (de acordo com o disposto na IN/SDS nº 002/2009).
12. Realizar manutenção periódica dos ramais utilizados para o escoamento da produção mineral (de acordo com o disposto na IN/SDS nº. 002/2009).
13. Iniciar a atividade de lavra somente após demarcar a área a ser explorada (0,9 ha), de acordo com as coordenadas geográficas contidas nesta L.O. com mourões devidamente identificados.
14. Apresentar semestralmente, relatório de desenvolvimento da atividade de acordo com PCA/PRAD, contendo: Cronograma físico de progresso das principais atividades desenvolvidas, descrição dos resultados alcançados e o estágio de recuperação da área, acompanhado de relatório fotográfico com ART do técnico (Geólogo ou Eng. De Minas) responsável pela execução.
15. Apresentar, no prazo de 60 (sessenta) dias a dispensa de Título Minerário expedido pela ANM.
16. Apresentar semestralmente a este IPAAM, o Certificado de destinação final dos resíduos oleosos gerados no empreendimento.
17. Apresentar no prazo de 30 dias, Certificado Técnico Federal – CTF, para atividade de lavra, expedido pelo IBÁMA.
18. Apresentar o parcelamento do solo no prazo de até 01 ano, após a assinatura do Diretor-Presidente acatando a inclusão da restrição indicada.
19. Apresenta a este IPAAM, ao solicitar a renovação da Licença de Operação, planta georreferenciada contendo as áreas exploradas e a explorar.
20. Esta Licença autoriza o transporte da substância mineral acompanhada de cópia da L.O.